



**ACTA Nº 3 /2009 DA REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO  
DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA,  
REALIZADA NO DIA 27 DE JANEIRO DE 2009**

---- Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, reuniu, eram quinze horas, nas instalações de Santiago da Barra, em Viana do Castelo, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima.

--- Estiveram presentes nesta reunião os Presidentes das Câmaras Municipais de Arcos de Valdevez, Senhor Francisco Rodrigues de Araújo, de Caminha, Senhora Júlia Paula Pires Pereira da Costa, de Melgaço, Senhor António Rui Esteves Solheiro, de Monção, Senhor José Emílio Pedreira Moreira, de Paredes de Coura, Senhor António Pereira Júnior, de Ponte da Barca, Senhor António Vassalo Abreu, de Ponte de Lima, Senhor José Daniel Rosas Campelo da Rocha, de Valença, Senhor José Luís Serra Rodrigues e de Vila Nova de Cerveira, Senhor José Manuel Vaz Carpinteira.

--- A presente reunião foi presidida pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo, António Rui Esteves Solheiro, tendo sido tratados os seguintes assuntos:

**1 - Aprovação das Actas das reuniões anteriores**

---Foi colocada à consideração do Conselho as propostas das Actas números 1/2009 e 2/2009 de Reuniões do Conselho Executivo.

Após a leitura da Acta nº 1/2009 foi colocada à votação tendo sido deliberado aprová-la com voto favorável dos presentes na reunião anterior; a Presidente da Câmara Municipal de Caminha e o Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima abstiveram-se por não terem participado na referida reunião.

Após a leitura da Acta nº 2/2009 foi colocada à votação tendo sido deliberado aprová-la com voto favorável dos presentes na reunião anterior; o Presidente da Câmara Municipal de Monção absteve-se por não ter participado na referida reunião.

**2 – Modelo de Acordo de Cessão de Posição Contratual de Entidade Patronal**

--- Foi apresentado o modelo de acordo de cessão de posição contratual de entidade patronal (doc. 6/09), que visa permitir a transferência de recursos humanos das Associações de Municípios para a CIM do Alto-Minho.



Este modelo de acordo foi aprovado, por unanimidade, e deverá ser também adoptado para situações de contratos a termo resolutivo.

O Senhor Presidente da CIM foi mandatado para outorgar os contratos, caso a caso, e à medida das possibilidades de transferência, sendo posteriormente ratificados pelo Conselho Executivo.

### **3 – Abertura de procedimento para a contratação de empréstimo de Tesouraria**

---O Senhor presidente do Conselho Executivo colocou à consideração a proposta de deliberação abaixo transcrita:

“Proposta de Deliberação, 27 de Janeiro de 2009

Considerando:

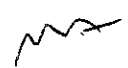

O facto de se tratar do primeiro ano efectivo de funcionamento da CIM Alto Minho, em que a generalidade das receitas previstas arrecadar durante a gerência de 2009, têm uma data de previsibilidade de cobrança ainda muito indefinida, nomeadamente no que se refere:

1) À componente de Orçamento de Estado, prevista na Lei nº 45 de 27 de Agosto que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, para o qual ainda não existem datas de pagamento definidas, apesar de já ter sido solicitado à Direcção Geral das Autarquias Locais informações neste sentido.

2) Que ainda não é possível efectuar uma previsão sobre as datas para recepção das verbas provenientes da Assistência Técnica para a gestão do PTD Minho Lima, uma vez que à data ainda não existe prazos para apresentação das candidaturas.

Que nos termos da Lei 45/2008, de 27 de Agosto dispõe, no seu artigo 27º que as CIM podem contrair empréstimos junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito e celebrar contratos de locação financeira, em termos idênticos aos dos municípios e de acordo com o nº 7 do Artº 38º da Lei das Finanças Locais, Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, se solicitou a competente autorização à Assembleia, para a contracção de empréstimos de Curto Prazo, durante o período de vigência do orçamento para o ano de 2009.

Que de harmonia com os estatutos da CIM Alto Minho os empréstimos a curto prazo podem ser contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu montante ultrapassar um décimo das receitas próprias da Comunidade.



Que o montante das contribuições dos Municípios previstas em Orçamento da CIM Alto Minho, para despesas para o normal funcionamento da instituição é de 259.000 euros e os montantes previstos transferir de orçamento de estado são de 214.404,19 euros, o que totaliza para o ano de 2009 um total de receitas próprias de 493.404 Euros, sendo desta forma o limite de 10% de 49.340 Euros.

Propõe-se:

A autorização para abertura de empréstimo bancário de curto prazo, no montante de 49.000,00 euros para o período de 01/01/2009 a 31/12/2009, com convite a dez entidades financeiras.

Concessão de poderes ao Senhor Presidente do Conselho Executivo para outorga do Contrato.

Aprovação da minuta do convite em anexo,

O Presidente do Conselho Executivo

António Rui Esteves Solheiro"

Colocada à votação a proposta de abertura de procedimento para a contratação de empréstimo de curto prazo, bem como a minuta de convite, a mesma foi aprovada por unanimidade, encontrando-se todos os membros presentes. Foi ainda proposta e aprovado por unanimidade a inclusão do Banco Popular nas entidades a contratar. (Doc.s 7/09 e 8/09)

#### **4 – Manual de Procedimentos do ON 2**

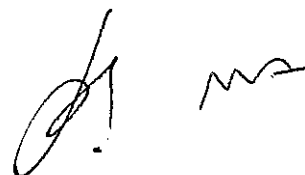
--- Foi distribuída a versão mais recente do Manual de Procedimentos do ON 2, versão ainda incompleta na componente referente à contratualização.

Esta versão acolhe já as sugestões que a CIM do Alto Minho propôs. (Doc. 9/09)

#### **5 – Orientações para a Gestão do PTD Minho-Lima**

---Foi apresentado pelo Senhor Secretário Executivo o Fluxograma do PTD Minho-Lima (Doc. 10/09)

Este documento propõe que seja o Conselho Executivo da CIM a assumir a responsabilidade de lançamento de concursos, de admissibilidade de candidaturas e de aprovação de financiamento das operações. Propõe, ainda que os contratos de financiamento sejam outorgados pela CIM nos mesmos termos da movimentação das



contas bancárias (quaisquer dois de entre os Senhor Presidente, Vice-Presidentes e Secretário Executivo).

Esta proposta foi aprovada por unanimidade, e será remetida para a CCDR Norte para inclusão no Manual de Procedimentos.

O Memorando para a Gestão do PTD Minho-Lima (Doc.11/09) que identifica o organograma da Estrutura de Apoio Técnico, e a afectação de recursos humanos a funções internas da EAT foi também aprovado por unanimidade e foi recomendado que estas funções sejam preenchidas com urgência.

Foi apresentado o ponto de situação de projectos passíveis de enquadramento no PTD Minho-Lima, resultado das múltiplas reuniões da EAT com os Municípios.

Após análise e discussão, e com o objectivo de fundamentar a proposta de abertura de concursos para apresentação de candidaturas foi este ponto agendado para discussão aprofundada na próxima reunião, já com elementos de análise adicionais.

## **6 – Outros Assuntos**

### **Quadros Interactivos**

--- Após análise do levantamento de necessidades de aquisição de quadros interactivos para os centros escolares foi decidido por unanimidade mandar a CIM para lançar um Concurso Público através da constituição de um consórcio de entidades adjudicatárias composta pelos nove Municípios, em que a CIM intervém em nome de todos os Municípios para a selecção da proposta mais favorável, e adjudicação conjunta, sendo cada Município responsabilizado pela contratação da sua componente. (Doc. 13/09)

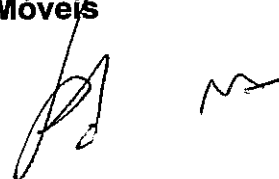
### **Projecto Percorre Natura**

--- Foram aprovados por unanimidade os termos de candidatura a submeter ao ON. (Doc. 14/09)

### **Projectos da área da Protecção Civil**

--- Foi feita uma primeira leitura das componentes a incluir nesta iniciativa com apreciação genérica dos seus conteúdos, remetendo-se para a próxima reunião uma análise mais aprofundada deste assunto. (Doc.s 15/09 e 16/09)

### **Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações Móveis**



--- O Senhor presidente do Conselho Executivo colocou à consideração a proposta de deliberação abaixo transcrita:

" Proposta de Deliberação, 27 de Janeiro de 2009

Considerando

A necessidade de se proceder à selecção/contratação de um operador para a prestação de serviço de telecomunicações móveis para a CIM Alto Minho.

Que por deliberação do Conselho Executivo, na sua reunião de 13 de Janeiro de 2009, se procedeu à abertura de procedimento de Ajuste Directo com convite à TMN, pelo período de dois anos, em conformidade com a alínea a) do Artº 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro que aprova o Código dos Contratos Públicos;

Propõe-se:

1. A adjudicação à TMN dos serviços de telecomunicações móveis para a CIM Alto Minho, nos termos da proposta anexa.
2. A concessão de poderes ao senhor Presidente do Conselho Executivo, António Rui Esteves Solheiro, para outorga do contrato.

O Presidente do Conselho Executivo

António Rui Esteves Solheiro"

Colocada à votação a proposta de adjudicação acima referida a mesma foi aprovada por unanimidade, encontrando-se todos os membros presentes.(Doc. 17/09)

### **Constituição de Fundo de Maneio**

--- O Senhor presidente do Conselho Executivo colocou à consideração a proposta de deliberação abaixo transcrita:

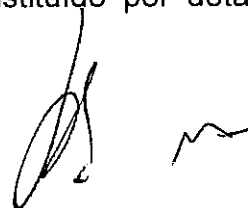
"Proposta de Deliberação, 27 de Janeiro de 2009

Constituição de Fundo de Maneio

Considerando a necessidade de fazer face a despesas de pequena dimensão e inadiáveis, o Plano Oficial de Contabilidade Pública prevê no seu ponto 2.3.4.3 a constituição de Fundos de Maneio, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.

Refere ainda o Plano acima referido, que este deverá ser constituído por dotação Orçamental.

Propõe-se,



A constituição de dois fundos de maneiio um para Valença e outro para Viana do Castelo:

Constituição de fundo de Maneio para Viana do Castelo:

- Com a Classificação Económica 02.01.21, Outros Bens, no montante de 100 euros.
- Com a Classificação Económica 02.02.09 Comunicações, no montante de 100,00 euros, basicamente para despesas de correio e até se abrir conta corrente nos CTT.

Que os montantes deste fundo de maneiio fiquem à guarda de Maria Virgínia Guedes do Rego.

Constituição de fundo de Maneio para Valença: - Com a Classificação Económica 02.01.21, Outros Bens, no montante de 100 Euros.

Que o montante deste fundo de maneiio fique à guarda de Maria Emília Bessa.

O Presidente do Conselho Executivo

António Rui Esteves Solheiro"

Colocada à votação a proposta de constituição de fundo de maneiio acima referida a mesma foi aprovada por unanimidade, encontrando-se todos os membros presentes.  
(Doc. 18/09)

## **Aquisição de Software de Contabilidade, Património e Pessoal**

--- O Senhor presidente do Conselho Executivo colocou à consideração a proposta de deliberação abaixo transcrita:

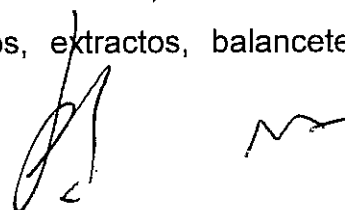
Proposta de Deliberação, 27 de Janeiro de 2009

Considerando:

Que a Comunidade Intermunicipal do Minho/Lima foi recentemente criada tendo necessidade de se apetrechar com ferramentas (software) e serviços que permitam gerir os seus serviços dando resposta aos requisitos legais impostos.

Ao nível da Contabilidade pretende-se uma ferramenta que permita as seguintes funcionalidades:

- Gestão do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI, PAM)
- Emissão e tratamento de documentos de uma forma automática, efectuando os respectivos lançamentos nos diários de movimentos, extractos, balancetes,



contabilidade patrimonial, contas de ordem, contabilidade de custos, gestão de tesouraria, gestão de terceiros, etc.

- Gestão de tesouraria
- Emissão dos Documentos de Prestação de Contas.
- Disponibilização de informação para subsistemas da Administração Pública: DGAL, DGCI, DGO.

Ao nível da Gestão de Imobilizado deve permitir:

- Gestão de todos os bens móveis e imóveis
- Classificação de acordo com o CIBE
- Classificação Contabilística
- Ficha de cadastro de acordo com o tipo de bem
- Cálculo de amortizações
- Registo de autos
- Gestão do Imobilizado em curso
- Integrado com a solução de contabilidade POCAL

Ao nível dos Recursos Humanos deve permitir:

- Gestão de cadastro
- Processamento de Vencimentos de acordo com a legislação em vigor para a função pública
- Tratamento de Horas extraordinárias de acordo com a legislação em vigor
- Tratamento de comparticipações da ADSE
- Elaboração de mapas e ficheiros de acordo com os requisitos legais em vigor
- Integrada com a solução de contabilidade POCAL.

Propõe-se:

1 - A abertura de procedimento de Ajuste Directo com convite à Medidata.Net – Sistemas de informação SA, nos termos da alínea a) do Artº. 16 conjugado com a alínea a) do nº 1 do artº 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro que aprova o Código dos Contratos Públicos;

2 - Aprovação de Minuta de Convite e Caderno de Encargos;

O Presidente do Conselho Executivo

António Rui Esteves Solheiro"



Colocada à votação a proposta de abertura de procedimento acima referida a mesma foi aprovada por unanimidade, encontrando-se todos os membros presentes, sendo ainda aprovado a respectiva Minuta de Convite e Caderno de encargos. (Doc. 19/09)

--- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião eram dezanove horas.

--- E, para constar, se lavrou a presente Acta que fica assinada pelos Presidente Conselho Executivo e Secretário Executivo.

----- ESTÁ CONFORME -----

--- Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, em Viana do Castelo, aos 27 de Janeiro de 2009.

O PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO, \_\_\_\_\_

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, \_\_\_\_\_